

OS ARQUIVOS DOS MUNICÍPIOS DO ALTO MINHO: IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA

MARIA OLINDA ALVES PEREIRA
MARIA CLOTILDE DE MENDONÇA AMARAL
IVONE MARIA PINTO DA CUNHA

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

1. O IPCM: uma primeira abordagem

O ano de 1993 testemunha um facto que hoje encaramos como um dos contributos de maior fôlego para a transformação da realidade dos arquivos municipais do distrito de Viana do Castelo, que na época, e como é do conhecimento público, se mantinham na sua quase totalidade desconhecidos dos investigadores.

Referimo-nos, como é óbvio, ao desafio com que nos confrontámos, nesse ano, que foi o da dotação de novas atribuições, que nos foram conferidas para realizar, no âmbito do Programa Nacional de Inventariação dos Bens Móveis, o recenseamento de todo o património de arquivos existentes nos concelhos da área administrativa que nos respeita. Tarefa ingente e melindrosa, como se reconheceu, atendendo à dificuldade de conciliar a extensão e complexidade dos trabalhos nela envolvidos com a exiguidade dos prazos concedidos para a levar a bom termo.

Nesta retrospectiva importará acrescentar que, à semelhança do que sucedia nos restantes distritos do país, os arquivos das Câmaras Municipais, com ressalva dos seus documentos de idade mais recente e, por isso, com predominante interesse administrativo e de uso frequente, estavam votados ao completo abandono, armazenados em condições deploráveis do ponto de vista das instalações e da higiene e da segurança dos locais de depósito.

De facto, o primeiro balanço que fizemos ao estado do património de arquivos na posse das Câmaras permitiu-nos concluir que, de um modo geral, não existia, ou era extremamente ténue, o controlo daqueles acervos, nomeadamente no que toca ao acesso e recuperação dos conteúdos informativos, pelo menos no que se reportava à chamada

documentação histórica. Com alguma capacidade de resposta às solicitações dos investigadores, encontravam-se somente as Câmaras de Viana e de Ponte de Lima.

Face à situação descrita e aos elevados riscos de perecimento, que pendiam sobre a documentação “arrumada” no tempo e nos sótãos ou caves das várias autarquias, a direcção do Arquivo Distrital encetou os imprescindíveis encontros com os executivos camarários, tendo conseguido suscitar, se não a sua adesão incondicional ao Programa, pelo menos a anuência a que a intervenção arquivística se processasse. O que fora planeado para o efeito resumia-se fundamentalmente a três acções: a inventariação sumária dos documentos mais antigos, a elaboração de uma lista de *bens de valor excepcional*, que seriam classificados segundo determinados critérios, e a entrega no final a cada uma das Câmaras de um relatório-diagnóstico sobre as circunstâncias em que permaneciam os arquivos sob a sua custódia.

Os relatórios produzidos viriam a tornar-se para nós uma referência obrigatória para o estudo e planeamento dos novos Serviços de Arquivo Municipais.

Valem, seguramente, pelas informações detalhadas que facultam, mormente sobre os locais de depósito e da sua adequação ou das deficiências de que enfermavam em termos construtivos, de espaço, das condições ambientais, da salubridade e segurança, assim como sobre o volume e valia dos acervos, tanto no plano administrativo como no da investigação.

Mas constituem também uma base documental a ter em conta no referente às recomendações e instruções técnicas que considerámos na oportunidade essenciais para a protecção e preservação do património, objecto do recenseamento.

É óbvio que a análise, a que procedemos para o efeito, não foi, nem pretendeu ser exaustiva, dados os condicionamentos temporais que nos foram peremptoriamente fixados. Apenas a título excepcional e devidamente fundamentada a execução das tarefas do *Inventário* poderia ultrapassar as duas visitas por Câmara.

Aliás, a tomada de consciência das enormes dificuldades da empreitada, que nos pareciam em alguns aspectos quase incontornáveis, levou a que o rumo dos trabalhos se confinasse à seguinte orientação:

O que importava antes de tudo era dar notícia daqueles acervos documentais, do seu grau de organização e de acessibilidade e, simultaneamente, fornecer informações

sobre as entidades que detêm a custódia e são responsáveis pela sua divulgação ao público.¹

O projecto viria, assim, a ser concretizado no ano de 1996 com o lançamento de um volume intitulado *Recenseamento dos Arquivos Locais: Câmaras Municipais e Misericórdias*, dedicado exclusivamente ao distrito de Viana do Castelo.

2. O sistema de arquivos no Alto Minho: sua formação

Em termos de divulgação, o património arquivístico do distrito do Alto Minho entrava em 1996 numa nova era.

Todavia, faltava ainda dotá-lo das infra-estruturas imprescindíveis à sua consolidação e revigoração: a organização de serviços de arquivo, capazes de gerir a imensa informação subjacente aos conjuntos documentais em poder das Câmaras e a atribuição de espaços condignos e funcionais para a sua instalação.

A experiência colhida no decurso das tarefas do recenseamento havia-nos mostrado que tais objectivos só poderiam vir a ser plenamente alcançados mediante o envolvimento do Arquivo Distrital e das Câmaras Municipais num trabalho de parceria, susceptível de estimular sinergias das mais variadas áreas dos saberes conducentes ao aperfeiçoamento do resultado final.

O que pressupunha um grande empenhamento na sensibilização das entidades responsáveis, face ao desnorte que o IPCM pusera a descoberto, no sentido de assumirem as responsabilidades que a própria lei lhes confere, no plano da salvaguarda e da ordenação dos seus arquivos, até que viessem a manifestar a clara disposição de aderirem ao projecto que o Arquivo Distrital tinha em perspectiva para Viana do Castelo.

A implantação de uma rede de arquivos no Alto Minho com os arquivos municipais em interacção com o Arquivo Distrital, nela integrado com imprescindíveis funções de coordenação, formando no seu todo um elo da anunciada Rede Nacional de Arquivos, é o projecto que temos desenvolvido e que já se desentranha em resultados frutuoso.

¹ PEREIRA, Maria Olinda Alves – *Arquivos municipais do Alto Minho: implantação e desenvolvimento*. In *O Município Português na história, na cultura e no desenvolvimento regional*. Braga: Universidade do Minho, 1998, p. 164. ISBN 972-95898-6-0. Actas do Colóquio no âmbito do Projecto PRAXIS XXI.

Defendíamos nesse tempo, tal como hoje, que aos Arquivos Municipais deveria incumbir, complementarmente, por analogia com as atribuições e competências que a lei fixa para os Arquivos Distritais, o apoio técnico aos restantes organismos sediados no concelho, no que às questões arquivísticas respeita.

Daqui decorre, portanto, que a intervenção dos projectados Serviços de Arquivo Municipais teria de contemplar a avaliação, recolha, custódia e publicidade dos conjuntos documentais das referidas entidades, desde que estes se reputassem de valor para a pesquisa ou para a comprovação de direitos.

Mas, a acrescer a estas responsabilidades técnicas, consideramos do mesmo modo vantajoso partilhar com os novos Arquivos Municipais a incumbência de se dar continuidade, embora de forma mais abrangente e sistemática, ao recenseamento do património arquivístico existente em cada concelho.

A concretização de um projecto desta envergadura acarretaria necessariamente um enorme e persistente labor em termos organizacionais e de recursos humanos e técnicos, que a Direcção do Arquivo Distrital se obrigou de imediato a assumir. Ficou também acordado que este apoio seria prestado com mais assiduidade durante os primeiros dois a três anos de formação de cada um dos Serviços de Arquivo Municipais. Em contrapartida, entendeu motivar as Câmaras Municipais interessadas nesta colaboração para um maior comprometimento no processo mediante a aceitação de determinadas condições, que a seguir passamos a enumerar:

- existência ou inserção na estrutura orgânica da Câmara Municipal de uma unidade funcional vocacionada para a gestão integrada do seu arquivo e para o tratamento de outros fundos documentais pertencentes à autarquia ou a outros organismos sediados no concelho;
- admissão de pessoal com formação adequada ou disponível para a adquirir, a qual, por ordem de prioridades, começaria por:
 - um técnico superior de arquivo
 - um ou mais técnicos profissionais de arquivo
- atribuição de instalações próprias e condignas, apetrechadas com o mobiliário e equipamentos necessários e dotadas das condições ambientais e de segurança recomendadas para a correcta conservação dos fundos documentais

O Arquivo Distrital facultaria, por seu turno, os apoios técnico-arquivísticos no referente a:

- formação científica e prática do pessoal que irá ficar afecto ao Arquivo Municipal
- programação no plano funcional a atender nos projectos de arquitectura para a instalação dos Arquivos e escolha dos seus equipamentos
- elaboração e acompanhamento de inquéritos lançados à totalidade dos Serviços da Câmara Municipal para conhecimento do volume e extensão da documentação existente, da sua taxa de crescimento e periodicidade de transferência para o Arquivo Municipal, do grau de organização que apresenta, da sua acessibilidade, etc
- concepção e redacção do projecto de regulamento da futura unidade orgânica de arquivo
- orientação nas operações de avaliação das massas documentais acumuladas, tendo por base a aplicação da Portaria 503/86, de 9 de Setembro
- transferências de documentação depositada em locais de armazenamento pouco apropriados ou em situação de risco
- acompanhamento efectivo dos trabalhos de organização dos arquivos camarários e da respectiva descrição documental
- acções de higiene e consolidação dos documentos em suporte de papel

Antes de darmos início ao balanço, ainda que muito breve, das realizações do Projecto do Arquivo Distrital de Viana do Castelo, que se operaram a partir de 1997, é de justiça salientar o caso isolado da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

3. O Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Na verdade, a Câmara Municipal de Viana do Castelo, da presidência do Dr. Carlos Branco de Moraes, apercebendo-se, em 1992, da importância dos acervos documentais à sua guarda, tratou de promover sem demora as diligências necessárias à constituição orgânica de um serviço de arquivo, dotando-o desde logo com os recursos humanos indispensáveis, entre os quais um técnico superior de arquivo incumbido da chefia daquela Divisão.

Tivemos oportunidade de seguir de perto as actividades, que vêm sendo prosseguidas por esta Divisão de Arquivo Municipal, no domínio da implantação das infra-estruturas básicas, na obtenção de novos meios, materiais e humanos, bem como nos procedimentos, não só técnicos como administrativos, visando aumentar a eficácia de funcionamento dos serviços e a sua capacidade de resposta às necessidades de informação dos cidadãos e dos investigadores, que, cada vez em maior número, acedem à documentação do município vianense.

Testemunham os progressos alcançados pelo nosso colega Dr. António Maranhão Peixoto os avultados investimentos, de que tem beneficiado o Arquivo Municipal nos últimos seis anos e que se traduzem no apetrechamento da Secção de Processos de Obras e de outros departamentos e serviços camarários, bem como dos Serviços Municipalizados, que vêm usufruindo dos serviços qualificados de técnicos profissionais especialmente preparados para o tratamento e controlo dos seus arquivos e atendimento dos munícipes.

O Arquivo Municipal de Viana do Castelo tem actualmente ao seu serviço seis profissionais especializados, que, sob orientação superior continuam a produzir um trabalho que, segundo as palavras do próprio Dr Maranhão Peixoto *...vem permitindo alcançar objectivos que, além de recuperarem atrasos, potenciam a modernização e a mudança, bem como as exigências e os novos desafios para cada vez melhor servir.*²

4. As evoluções dos últimos anos

1997 foi um ano decisivo no desenrolar de todo o processo conducente à implementação de um sistema de arquivos único e integrado a nível distrital.

4.1. O Arquivo Municipal de Valença

Instalado em espaço próprio, num edifício localizado no centro histórico da vila, conhecido pelo nome de Casa das Varandas, este Arquivo Municipal veio a ser o primeiro constituído no âmbito do nosso projecto.

² PEIXOTO, António Maranhão – *Arquivo Municipal de Viana do Castelo*. In *O Município Português na história, na cultura e no desenvolvimento regional*. Braga: Universidade do Minho, 1998, p. 219. ISBN 972-95898-6-0. Actas do Colóquio no âmbito do Projecto PRAXIS XXI.

Seria uma falta da nossa parte deixar de elencar, na presente comunicação, os momentos mais marcantes do processo histórico que levaram a este desenlace:

- Desencadeamento das operações de desinfestação dos arquivos instalados nos Paços do Concelho, em 1995, de acordo com as orientações técnicas da direcção do Arquivo Distrital;
- Criação do Arquivo Municipal por deliberação camarária de 29 de Abril de 1997, que aprovou no mesmo acto a transferência do acervo documental amontoado nos sótãos dos Paços do Concelho para a Casa das Varandas;
- Realização de obras de beneficiação e remodelação da Casa das Varandas, para aí funcionar o Arquivo Municipal, ficando o imóvel dotado de uma ampla sala de depósito, uma sala de leitura e de referência, três gabinetes de trabalho, galeria de exposições, balcão de atendimento e encaminhamento dos utilizadores e um depósito de apoio na cave;
- Prosseguimento dos trabalhos de organização e sequente descrição dos arquivos definitivos com vista à sua transferência para o novo edifício;
- Mobiliação e apetrechamento da Casa das Varandas com os imprescindíveis sistemas de protecção e de segurança contra eventuais riscos de incêndio, humidade, roubo, etc;
- Alargamento do quadro de pessoal, mediante a dotação de dois lugares destinados a um técnico superior de arquivo e um técnico profissional da mesma área;
- Apoio da Câmara Municipal, por iniciativa do seu então Presidente Major Pereira de Castro, à formação universitária, no curso de pós-graduação em Arquivos, do actual arquivista de Valença, o nosso colega Dr. Rafael Estanqueiro;
- Transferência da documentação e organização do Guia de Fundos do Arquivo;
- Inauguração oficial do Arquivo Municipal de Valença no dia 1 de Dezembro, Dia da Restauração da Independência Nacional, por decisão aprovada na reunião do executivo camarário, de 21 de Outubro de 1997.

Nas palavras proferidas pelo Governador Civil de Viana do Castelo, Dr. Oliveira e Silva, na cerimónia de inauguração, a nova estrutura orgânica da autarquia representava *um exemplo de eficácia do poder local*, que surgia num período da nossa

história contemporânea em que se enveredava por um processo de profunda descentralização administrativa e, por isso, entendia que era *fundamental que os municípios conhecessem o seu passado, para saberem interpretar o presente e acautelar o futuro*.

Poucos meses depois, e face à proliferação aparentemente supérflua de *papel*, começámos a avaliação documental do arquivo intermédio, que não demos ainda por concluída por motivos alheios à nossa vontade.

Muitos poderiam ser os factos a abonar a iniciativa camarária do anterior executivo. Julgamos, porém, que o demonstra o avanço que se alcançou na descoberta de um *espólio* até ali praticamente ignorado e que hoje em dia se tem revelado ser da maior utilidade, tanto para os investigadores que percorrem o distrito, como para os organismos públicos do concelho, para já não citar a própria Câmara Municipal.

Actualmente, o Arquivista responsável por este pequeno, mas valioso Serviço, na esteira da política de protecção e salvaguarda do Património Cultural do Concelho de Valença e no âmbito dos projectos de cooperação firmados pela autarquia em 1998 tem orientado a sua acção para o exterior, apostando na projecção do Arquivo e do valor histórico-cultural dos seus acervos como um meio de promover a imagem do concelho.³

Nesse sentido, tem aceitado representar, aliás, sempre de forma exemplar, papéis diferentes, ora como guia turístico das visitas cada vez mais recorrentes dos estudantes à Praça Forte e aos seus principais monumentos, sem nunca esquecer a Casa das Varandas e os Serviços nela instalados, ora como arquivista a tempo inteiro e colaborador assíduo do *Boletim Municipal*, onde tece, com base nos documentos de arquivo, comentários sobre os factos mais actuais da vida concelhia, como é, entre muitos outros o caso da acesa polémica gerada em torno dos limites das freguesias de Sanfins e Gondomil.

Do ponto de vista do tratamento arquivístico e da informatização dos dados, o Arquivo Municipal de Valença possui já algumas bases de dados especialmente concebidas para a indexação e pesquisa das séries documentais de maior procura, como sejam as do registo de testamentos e processos de obras.

Há cerca de um mês, a nosso pedido, o Dr. Rafael Estanqueiro propôs-se organizar um curto estágio nessas matérias destinado a dois técnicos do Arquivo Distrital de Viana, que se deslocarão para o efeito àquele concelho.

³ ESTANQUEIRO, Rafael Higgs – *Arquivo Municipal de Valença*. In *O Município Português na história, na cultura e no desenvolvimento regional*. Braga: Universidade do Minho, 1998, p. 259-261. ISBN 972-95898-6-0. Actas do Colóquio no âmbito do Projecto PRAXIS XXI.

4.2. O Arquivo Municipal de Monção

Nos princípios do ano de 1998, o recém-eleito executivo camarário de Monção, a que preside o Dr. José Emílio Pedreira Moreira, preocupado com a possibilidade da perda iminente dos arquivos da autarquia, que atravancavam os sótãos e desvãos de escadas, os corredores e gabinetes de trabalho, bem como outras dependências localizadas no Mercado Municipal, solicitou a intervenção do Arquivo Distrital, a fim de se encontrarem soluções adequadas à salvaguarda daqueles espólios e à recuperação da informação neles contida.

Cumpre-nos esclarecer que, em relação ao ano do recenseamento de 1994, a situação deste arquivo, um entre os três mais valiosos do distrito, agravara-se de modo considerável, patenteando a prolongada negligência e o desprezo a que as vereações anteriores o haviam condenado.

Encetámos, por esses motivos, as operações de salvamento dos documentos, arquitectando para esse fim um programa que, por força dos constrangimentos existentes e que se prendiam, por um lado, com a falta de espaços próprios para a limpeza e posterior acondicionamento da documentação, e por outro com a necessidade de se dar um melhor aproveitamento aos recursos de trabalho do pessoal da Câmara Municipal transitoriamente sub-ocupado implicou a adopção dos seguintes procedimentos:

- análise e identificação dos conjuntos documentais, que se encontravam em maior perigo de se perderem, e dos quais faziam parte, entre outros, os tombos dos bens do concelho, os livros de acórdãos e do registo geral, os do registo de testamentos procedentes das extintas Administrações dos Concelhos de Monção e de Valadares, o registo de expostos, o recenseamento eleitoral;
- acondicionamento dos documentos seleccionados, de conservação permanente, para a sua remoção dos sótãos dos Paços do Concelho e do Mercado Municipal para o edifício remodelado das Termas de Monção, que até ao final do ano transacto foi sendo utilizado para as operações de limpeza;

- transferência provisória dos documentos para o edifício da Biblioteca Municipal, a *Casa do Curro*, para aí serem sujeitos ao necessário processo organizativo (classificação, ordenação e instalação física) e elaboração dos respectivos catálogos;
- intervenções de emergência, na área da conservação, acondicionamento e consolidação das encadernações, em alguns documentos mais afectados pelas condições adversas dos locais em que se encontravam armazenados;
- em paralelo com todas estas acções, enveredámos por um processo de avaliação de algumas séries documentais que dificultavam o acesso físico a outras que não suscitavam dúvidas sobre a sua conservação a título permanente.

Ciente da necessidade de ver salvaguardado tão breve quanto possível o património histórico-documental monçanense confiado à sua guarda, o Presidente da Câmara viria a propor, no ano seguinte, um novo regulamento de organização dos Serviços e a reformulação do quadro de pessoal, de modo a nele incluir dois lugares ao nível das carreiras de técnico superior e de técnico profissional de arquivo.

Ao mesmo tempo, e atendendo a que o nosso colega Dr. José Rodrigues vinha desempenhando, sob a orientação do corpo técnico do Arquivo Distrital, um papel de grande relevo nas acções atrás enunciadas, para as quais evidenciou aptidões e qualidades que prefiguravam um perfil adequado à função, o Presidente da Câmara veio também a apoiar a sua candidatura à frequência do Curso Especialização em Ciências Documentais, na modalidade de Arquivo.

Não podemos, de igual modo, deixar de registar aqui a preocupação do executivo camarário em dotar o futuro Serviço de Arquivo Municipal de instalações próprias, por forma a conferir-lhe uma maior autonomia de funcionamento e de operacionalidade. Para alcançar tal desiderato, a autarquia tem vindo a ponderar seriamente na aquisição de um imóvel destinado a esse fim, bem dimensionado em razão dos acervos documentais que terá de albergar, e proporcionando as mais adequadas condições ambientais, de segurança e de atendimento ao público.

Não obstante a circunstância de ainda não estar definitivamente instalado, o actual *Arquivo Municipal de Monção* começou desde o ano passado a atrair alguns historiadores que encontram nele para as suas consultas, além dos índices e registos de

origem, um brevíssimo guia de fundos a par de um catálogo manuscrito que abarca toda a documentação até hoje organizada.

Com vista à sua candidatura no próximo ano ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), a cargo do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, iniciou-se o estudo do futuro Regulamento do Arquivo Municipal.

4.3. O Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira

O relatório que apresentámos em 1994, ao ultimar os trabalhos do recenseamento dos arquivos locais do concelho, permitiu à Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira conhecer o estado real do seu arquivo e as necessidades a que importava acudir quanto antes.

Na sequência das apreciações arquivísticas e técnico-administrativas contidas no diagnóstico que havíamos realizado, o Presidente da Câmara, Eng^o José Manuel Vaz Carpinteira, manifestou a sua intenção de destinar *um espaço próprio para a instalação do seu arquivo e de dotar o quadro de pessoal de um técnico superior para essa especialidade.*

Este escopo não chegaria, porém, a ser alcançado nesse ano.

Só em 1999, a convite do Presidente da Câmara, o Arquivo Distrital viria a deslocar-se a Vila Nova de Cerveira, a fim de aí participar numa reunião, cuja agenda de trabalhos se destinou a retomar a ideia da constituição de um Serviço de Arquivo Municipal e a definir as principais linhas de actuação nesse sentido: a escolha do edifício mais apropriado para o instalar, a contratação de um técnico superior de arquivo e a reformulação da estrutura orgânica da instituição de modo a nela se contemplar uma unidade técnico-administrativa vocacionada para aquele fim.

Neste quadro de intenções pretendia-se, assim o interpretámos, alicerçar um vasto programa de acções preparatórias de uma possível candidatura ao PARAM, ainda sem data marcada, para as obras de adaptação a Arquivo Municipal de um prédio pertencente à autarquia.

O Arquivo Distrital comprometeu-se então a proporcionar à Câmara de Cerveira apoio efectivo para todas as operações que envolvessem a transferência, feita a título precário e transitório, da documentação armazenada nos sótãos dos Paços do Concelho para um edifício que recentemente havia sido doado a esta entidade .

4.4. O Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Em meados de 1998, a direcção do Arquivo Distrital ofereceu à Câmara de Ponte de Lima, da presidência do Eng^o Daniel Campelo, colaboração na organização processual de uma candidatura ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, destinada a obter ajuda co-financiada nos encargos que a autarquia viria a assumir com a obra de remodelação e ampliação de um prédio urbano localizado na vila, junto ao Largo Dr. António Magalhães, para nele instalar o Arquivo Municipal.

A edificação de uma infra-estrutura deste género, de que os serviços camarários há muito careciam, viabilizará, por certo, no futuro o cumprimento por parte do Arquivo Municipal de um conjunto de objectivos que têm por meta a gestão integrada de toda a informação, não só da referente aos arquivos da própria e exclusiva proveniência da Câmara Municipal como aos de outros sistemas documentais de informação que, desde tempos recuados, lhe vêm sendo incorporados.

Porém, esta intenção de candidatura, sem prejuízo dos progressos que entretanto se conseguiram alcançar num tão curto período de tempo, serviu unicamente para marcar terreno para o ano seguinte.

É que, na verdade, tratava-se de um processo da maior complexidade, na medida em que a pretendida solução arquitectónica pressupunha uma reestruturação organizacional em profundidade, que apontava para as seguintes finalidades:

- a modernização e operacionalidade das instalações que, para tal, deviam contemplar determinadas áreas como as reservadas ao público (atendimento e sala de leitura), as técnicas (gabinetes, salas de trabalho e laboratório de conservação e restauro), as de formação, a *zona suja* (salas de recepção de documentos, de higienização e quarentena) e depósitos;
- a qualificação do potencial humano a afectar ao Arquivo Municipal que acarretava a introdução de alterações no quadro de pessoal;
- a aposta na qualidade da prestação de serviços do novo arquivo mediante o seu mais correcto enquadramento na estrutura orgânica camarária e a definição de normas regulamentares⁴ aplicáveis ao seu funcionamento;

⁴ O projecto de Regulamento do Arquivo Municipal de Ponte de Lima foi submetido à apreciação da Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 6 de Março de 2000, encontrando-se neste momento sujeito a inquérito público.

- a avaliação do estado geral dos arquivos (da documentação existente, da respectiva taxa de crescimento, bem como da periodicidade das transferências para o arquivo intermédio e definitivo) mediante o lançamento de *questionários* aos serviços produtores ou aos que detêm a sua guarda;
- a previsão, na fase de projecto, dos equipamentos e das tecnologias a implantar, nomeadamente no que diz respeito à solução informática e aos sistemas hidráulico, de electricidade, de ventilação e do controlo das condições ambientais.

A Câmara Municipal de Ponte de Lima apresentou no dia 31 de Março de 2000 a sua candidatura⁵ ao PARAM, mobilizando nesta primeira fase um volume global de investimentos superior a cento e vinte mil contos que se prevê venha a obter do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo uma participação de 50%.

4.5. Outros apoios fora do Distrito

No final do mês de Outubro de 1999, a Universidade do Minho, através do Arquivo Distrital de Braga, e o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo celebraram um protocolo cujo objectivo foi o de suscitar maior abertura à cooperação técnico-arquivística entre as duas instituições.

Nessa perspectiva, o Arquivo Distrital de Braga assumiu o compromisso de

(...) através de todos os meios ao seu alcance, prestar a colaboração necessária e indispensável ao IAN/TT no âmbito do apoio directo, emissão de pareceres técnicos e intercâmbio de informações que se inscrevem em programas específicos relativos a Arquivos Públicos e Privados situados na área geográfico-administrativa do distrito de Braga, nomeadamente na aplicação do PARAM.

⁵ Esta cooperação arquivística entre o Arquivo Distrital e a Câmara de Ponte de Lima foi levada a cabo por um grupo de trabalho formado por dois arquitectos, Marta Monteiro e Tiago Castro, dois técnicos superiores de arquivo, Maria Olinda Alves Pereira e Maria Clotilde de Mendonça Amaral, um técnico profissional de arquivo, Ovídio de Sousa Vieira, um técnico superior de biblioteca e documentação, Isabel Costa, na qualidade de Chefe de Divisão da Educação e Cultura, e dois juristas, Luísa Teixeira e Filomena Maria Colaço Martins, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira .

Estavam, porém, já em marcha, na sequência do lançamento do PARAM, colaborações entre o Arquivo Distrital de Viana e as Câmaras do distrito de Braga, dentre as quais salientamos as que se seguem.

4.5.1. Câmara Municipal de Guimarães

No dia 24 de Março de 1999 a Direcção do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta solicitou o parecer do Arquivo Distrital de Viana do Castelo sobre o programa preliminar que elaborara para servir de base ao estudo do projecto de construção das novas instalações do mencionado Arquivo.

Instada a pronunciar-se àcerca da obra de remodelação da Casa de Navarros a Arquivo Municipal, a Direcção do Arquivo Distrital emitiu parecer favorável ao Programa, sob a condição de que viessem a ser consideradas na fase de desenvolvimento do projecto algumas alterações e recomendações, que considerou imprescindíveis para melhorar a conformação de determinadas áreas funcionais com os serviços que nelas serão instalados.

4.5.2. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

A colaboração entre o Arquivo Distrital de Viana do Castelo e a Câmara de Vila Nova de Famalicão, intensificada a partir de Março de 1999, tem assumido uma regularidade quase quotidiana, que pode ser avaliada e tem expressão na entreatajuda em que ambas as partes se empenham, quer em termos de planificação e dinamização processual para a candidatura ao PARAM, a apresentar no próximo ano, quer na troca de informações e de experiências a vários níveis, sobre as diferentes temáticas de arquivo.

Os trabalhos que efectivámos conjuntamente consubstanciaram-se em algumas acções e resultados, que aqui seleccionámos:

- a construção de um texto-base de regulamento interno para arquivos municipais, que, embora inspirada em instrumentos normativos análogos, que vigoram há alguns anos em outros distritos procura adequar-se às estruturas administrativas a que se destina;
- a elaboração de fichas com informações exaustivas sobre o *estado dos arquivos* na sequência de um lançamento de um inquérito, que programámos

e que a técnica superior de arquivo da Câmara de Vila Nova de Famalicão, Dra Paula Lamego, acompanhou de perto em todo o seu desenvolvimento;

- uma acção de formação sobre procedimentos de conservação e *pequeno restauro* de documentos gráficos promovida pelo Arquivo Distrital de Viana do Castelo e que decorreu nas suas instalações em Maio de 1999. De pendor predominantemente tecnicista, o estágio teve como principais finalidades transmitir conhecimentos práticos sobre as técnicas de acondicionamento, a limpeza das espécies de arquivo, o diagnóstico das patologias mais significativas a partir dos sinais de deterioração nelas visíveis, a planificação e estabilização do papel e a consolidação das encadernações.

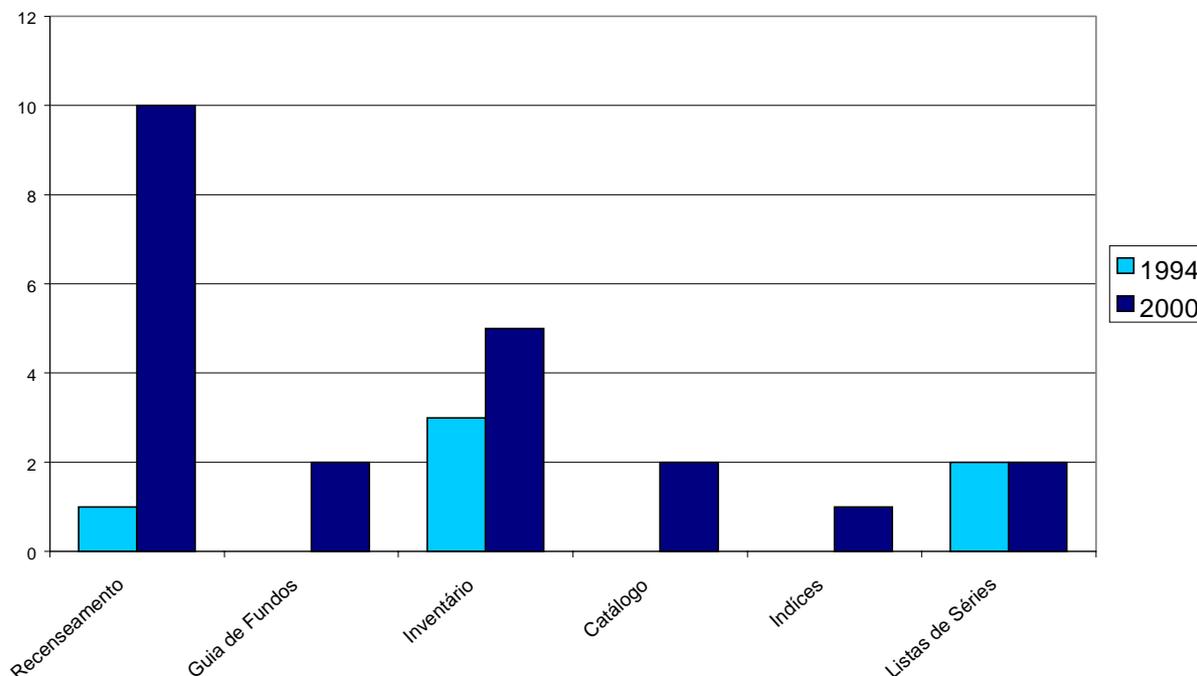
5. Conclusões

As considerações que se deixam expostas, não poderão ser entendidas como o anúncio de um trabalho que se repute desde já como acabado ou mesmo só em vias de conclusão.

Pelo contrário, temos plena consciência de que elas testemunham apenas um arranque, que, embora bem sucedido, está longe de atingir a meta que nos propusemos.

Mas, como os resultados já alcançados se afiguram francamente positivos, sentimo-nos motivadas para prosseguir nos nossos propósitos, de que daremos conta na medida em que viermos a concretizá-los.

Fig. 1 Instrumentos de descrição documental



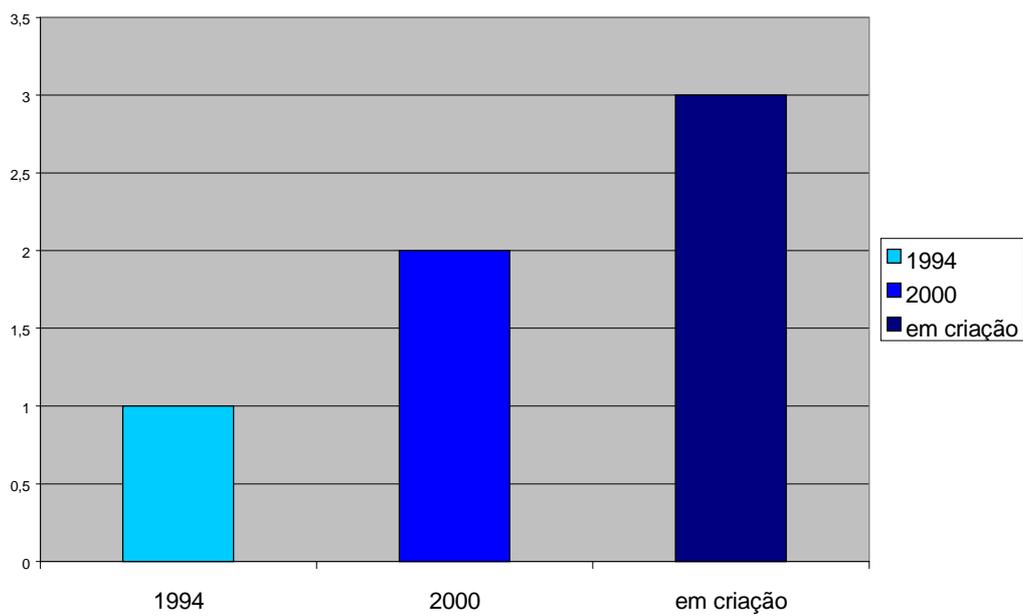
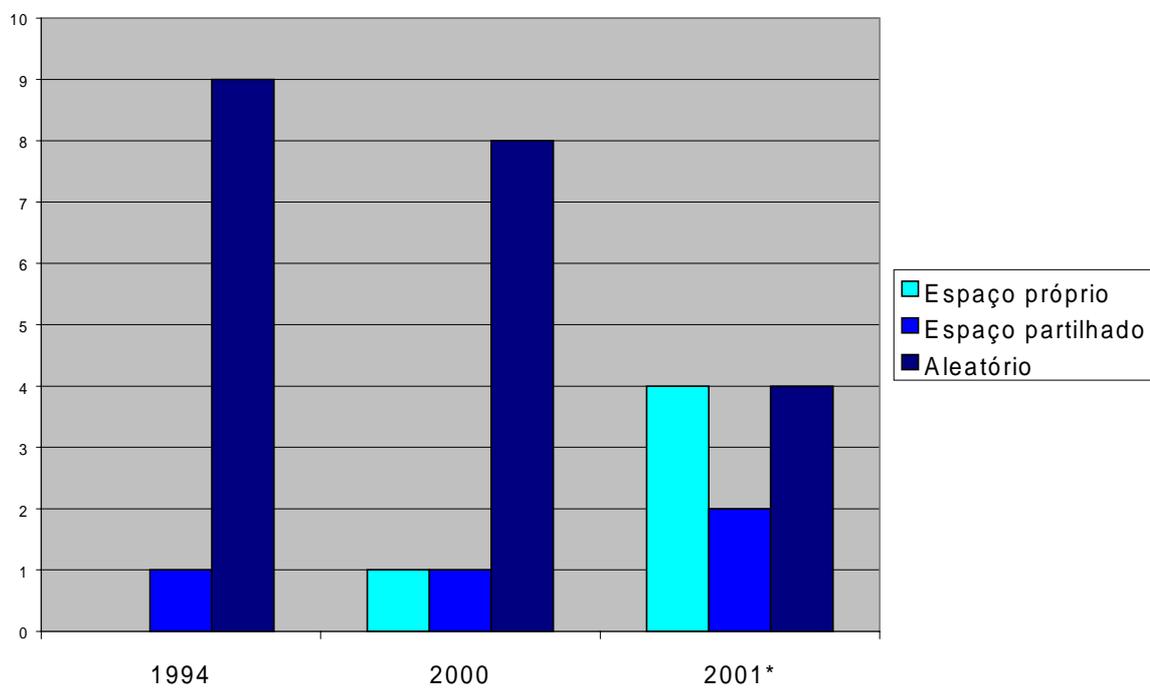


Fig. 2 Serviços de Arquivo existentes no distrito



* Valores baseados nas negociações que decorrem actualmente

Fig. 3. Edifícios

